

Canarana
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias 31 de dezembro
de 2020 com Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Canarana Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem

não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Canarana Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.375	6.615
Concessionárias e permissionárias	10	7.662	7.399
Contas a receber - partes relacionadas	27	1.711	14
Adiantamento a fornecedor		1.686	3.911
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	11	16.610	3.629
Outros impostos a recuperar	11	214	134
Outros ativos circulantes		168	39
		<u>41.426</u>	<u>21.741</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	4.612	5.012
Outros ativos não circulantes		167	-
Imobilizado	12	240.455	247.052
Intangível	13	4.041	4.054
		<u>249.275</u>	<u>256.118</u>
Total do ativo		<u>290.701</u>	<u>277.859</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	14	2.743	4.793
Fornecedores - partes relacionadas	27	757	246
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	10.958	10.820
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	2.284	6.001
Outros impostos a pagar	15	2.024	3.031
Taxas regulamentares	17	793	506
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	19	7.327	13.073
Outros passivos circulantes		1.355	1.332
		28.241	39.802
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	117.485	128.284
Provisão para contingências	18	167	-
		117.652	128.284
Patrimônio líquido	19		
Capital social		84.001	84.001
Reserva de retenção de lucros		143.324	110.075
Reserva de incentivos fiscais		13.645	-
Reserva legal		9.564	6.642
Prejuízo acumulado		(105.726)	(90.945)
		144.808	109.773
Total do passivo e do patrimônio líquido		290.701	277.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	20	66.798	65.639
Custo da operação	21	(11.934)	(13.283)
Lucro bruto		54.864	52.356
Despesas gerais e administrativas	22	(3.520)	(2.983)
Outras despesas/receitas operacionais	24	13.489	(87)
Lucro antes do resultado financeiro		64.833	49.286
Resultado financeiro	25	(9.266)	(9.849)
Receita financeira		282	2.127
Despesa financeira		(9.548)	(11.976)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		55.567	39.437
Imposto de renda e contribuição social	26	(11.911)	(9.045)
Lucro líquido do exercício		43.656	30.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	43.656	30.392
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>43.656</u>	<u>30.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	144.001	4.211	79.199	-	(72.700)	154.711
Redução de capital conforme AGE 12 setembro de 2019	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.392	30.392
Juros sobre capital próprio	-	-	(15.330)	-	-	(15.330)
Constituição da reserva legal	-	2.431	-	-	(2.431)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	46.206	-	(46.206)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	84.001	6.642	110.075	-	(90.945)	109.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.656	43.656
Constituição da reserva legal	-	2.922	-	-	(2.922)	-
Provisão de incentivos	-	-	-	13.645	(13.645)	-
Juros sobre capital próprio conf. AGO de 28 de dezembro de 2020	-	-	(8.621)	-	-	(8.621)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	41.870	-	(41.870)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	84.001	9.564	143.324	13.645	(105.726)	144.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	55.567	39.437
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	8.957	11.641
Depreciação	7.542	7.367
Provisão para perda de crédito esperada	96	87
Provisão para contingências	167	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(359)	(398)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.697)	(14)
Estoques	(28)	-
Impostos a recuperar	(13.060)	(3.178)
Adiantamentos a fornecedores	2.225	(2.096)
Outros ativos	(267)	202
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.051)	107
Fornecedores partes relacionadas	511	242
Tributos e contribuições sociais	(3.359)	2.407
Taxas regulamentares	286	298
Outros passivos	22	(5.071)
Juros pagos	(9.018)	(15.848)
Impostos pagos	(14.568)	(2.350)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	30.966	32.833
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(933)	1.977
Títulos e valores mobiliários	400	(5.012)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(533)	(3.035)
Empréstimos e financiamentos captados		
Redução de capital	-	(60.000)
Empréstimos e financiamentos pagos	(10.600)	(119.713)
Dividendos pagos	(42)	(758)
Juros sobre capital próprio pagos	(13.031)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(23.673)	(180.471)
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.760	(150.673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.615	157.288
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.375	6.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (valor histórico), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 67.548 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 68.817 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1.3. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70

Impacto nas demonstrações contábeis regulatórias

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

1.4. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 13 - Imobilizado e 14 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		41.426	68.083	109.509	21.741	65.570	87.311
Caixa e equivalentes de caixa		13.375	-	13.375	6.615	-	6.615
Concessionárias e permissionárias		7.662	-	7.662	7.399	-	7.399
Contas a receber – partes relacionadas		1.711	-	1.711	14	-	14
Adiantamentos a fornecedor		1.686	-	1.686	3.911	-	3.911
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		16.610	-	16.610	3.629	-	3.629
Outros impostos a recuperar		214	-	214	135	-	135
Ativo de contrato	a	-	68.083	68.083	-	65.570	65.570
Outros ativos circulantes		168	-	168	38	-	38
Ativo não circulante		249.275	284.100	533.375	256.118	263.102	519.220
Ativo de contrato	a	-	528.435	528.435	-	514.030	514.030
Títulos e valores mobiliários		4.612	-	4.612	5.012	-	5.012
Outros ativos não circulantes		167	-	167	-	-	-
Imobilizado	b	240.455	(240.336)	119	247.052	(246.933)	119
Intangível	b	4.041	(3.999)	42	4.054	(3.995)	59
		290.701	352.183	642.884	277.859	328.672	606.531

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2029		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		28.241	5.480	33.721	39.802	5.480	45.282
Fornecedores terceiros	f	2.743	5.480	8.223	4.793	5.480	10.273
Fornecedores partes relacionadas		757	-	757	246	-	246
Empréstimos e financiamentos		10.958	-	10.958	10.820	-	10.820
Impostos e contribuição social a pagar		2.284	-	2.284	6.002	-	6.002
Outros impostos a pagar		2.024	-	2.024	3.030	-	3.030
Taxas regulamentares		793	-	793	506	-	506
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		7.327	-	7.327	13.073	-	13.073
Outros passivos circulantes		1.355	-	1.355	1.332	-	1.332
		117.652	153.441	271.093	128.284	144.712	272.996
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - terceiros		117.485	-	117.485	128.284	-	128.284
Provisão para contingências		167	-	167	-	-	-
Impostos diferidos	c	-	153.441	153.441	-	144.712	144.712
		144.808	193.262	338.070	109.773	178.480	288.253
Patrimônio líquido							
Capital social		84.001	-	84.001	84.001	-	84.001
Reserva de retenção de lucros		143.324	-	143.324	110.075	-	110.075
Reserva de incentivos fiscais		13.645	-	13.645	-	-	-
Reserva especial de lucros a realizar		-	87.536	87.536	-	87.535	87.535
Reserva legal		9.564	-	9.564	6.642	-	6.642
Prejuízo acumulado	d/e	(105.726)	105.726	-	(90.945)	90.945	-
		290.701	352.183	642.884	277.859	328.672	606.531

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	66.798	15.377	82.175	65.639	16.823	82.462
Custo da operação	e	(11.934)	6.566	(5.368)	(13.283)	9.337	(3.946)
Lucro bruto		54.864	21.943	76.807	52.356	26.160	78.516
Despesas gerais e administrativas		(3.520)	-	(3.520)	(2.983)	-	(2.983)
Outras (despesas) / receitas operacionais		13.489	-	13.489	(87)	-	(87)
Resultado antes do resultado financeiro		64.833	21.943	86.776	49.286	26.160	75.446
Resultado financeiro		(9.266)	-	(9.266)	(9.849)	(184)	(10.033)
Receita financeira		282	-	282	2.127	-	2.127
Despesa financeira		(9.548)	-	(9.548)	(11.976)	(184)	(12.160)
Lucro antes dos impostos		55.567	21.943	77.510	39.437	25.976	65.413
Imposto de renda e contribuição social	c	(11.911)	(7.162)	(19.073)	(9.045)	(7.731)	(16.776)
Lucro líquido do exercício		43.656	14.781	58.437	30.392	18.245	48.637

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido Societário	<u>338.070</u>	<u>288.253</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(596.518)	(579.600)
Impostos Diferidos Ativos	-	-
Imobilizado não vinculado	-	-
Intangível não vinculado	-	-
Imobilizado	240.336	246.933
Intangível	3.999	3.995
Fornecedores Terceiros	5.480	5.480
Impostos Diferidos Passivos	<u>153.441</u>	<u>144.712</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u><u>144.808</u></u>	<u><u>109.773</u></u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido Societário	<u>58.437</u>	<u>48.637</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(82.483)	(80.050)
Margem de construção	65.501	61.648
Ajuste de parcelas variáveis	972	(2.145)
PIS/COFINS Diferido	1.567	1.715
Depreciação regulatória	(7.500)	(7.328)
Juros s/ empréstimos		184
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>7.162</u>	<u>7.731</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	<u><u>43.656</u></u>	<u><u>30.392</u></u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f) Fornecedores terceiros

A variação do saldo da conta de fornecedores entre a demonstração contábil regulatória e a demonstração financeira é devida pela provisão para encerramento de obra no societário, que para fins regulatórios são absorvidos no grupo de ativo imobilizado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	1
Banco	264	400
Aplicações financeiras	13.110	6.214
	<u>13.375</u>	<u>6.615</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 101,57% da taxa CDI.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta reserva - financiamentos	4.612	5.012
	<u>4.612</u>	<u>5.012</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 16).

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	7.284	6.532
Vencidas até 30 dias	3	22
Vencidas até 60 dias	4	7
Vencidas até 90 dias	3	6
Vencidas até 120 dias	2	1
Vencidas até 180 dias	3	-
Vencidas há mais de 180 dias	546	918
	<u>7.845</u>	<u>7.486</u>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(183)	(87)
	<u>7.662</u>	<u>7.399</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(87)	-
Provisão	(96)	(87)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(183)</u>	<u>(87)</u>

10. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ saldo negativo (i)	14.341	2.718
CSLL saldo negativo	2.269	911
	<u>16.610</u>	<u>3.629</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS	13	13
COFINS	61	77
IRRF retido de clientes	64	-
CSLL retido de clientes	30	-
ICMS a recuperar	37	34
Tributos municipais	0	1
Outros	9	9
	<u>214</u>	<u>134</u>

(i) Variação refere-se substancialmente aos incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT. Esse incentivo, no montante de R\$ 13.645.430 (treze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e trinta reais), foi concedido pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do imposto de renda por meio do Ato Declaratório Executivo N° 1 de 21 de maio de 2020. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

11.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	255.912	-	-	205	256.117	205	(19.351)	236.766	244.059
Terrenos	283	-	-	-	283	-	-	283	283
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.924	-	-	-	6.924	-	(646)	6.278	6.528
Máquinas e equipamentos	248.702	-	-	40	248.742	40	(18.694)	230.048	237.245
Veículos	-	-	-	131	131	131	(9)	122	-
Móveis e utensílios	3	-	-	34	37	34	(2)	35	3
Administração	146			22	168	22	(59)	109	111
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	140	-	-	22	162	22	(58)	104	106
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6	-	(1)	5	5
	256.058	-	-	227	256.285	227	(19.410)	236.875	244.170
Ativo imobilizado em curso									

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Transmissão	2.874	978	(78)	(205)	3.569	695	-	3.569	2.874
Máquinas e equipamentos	94	86	(44)	(74)	62	(32)	-	62	94
Outros	2.780	892	(34)	(131)	3.507	727	-	3.507	2.780
Administração	8	29	(4)	(22)	11	3	-	11	8
Máquinas e equipamentos	8	29	(4)	(22)	11	3	-	11	8
Outros									
	2.882	1.007	(82)	(227)	3.580	698	-	3.580	2.882
Ativo imobilizado	258.940	1.007	(82)	-	259.865	925	(19.410)	240.455	247.052

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020		2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	7,81%	256.117	(19.351)	236.766
Administração	7,51%	168	(59)	109
		256.285	(19.410)	236.875
				244.059
				111
				244.170

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	(30)
Desenvolvimento de Projetos	16
Material em Depósito	764
Adiantamentos a Fornecedores	(51)
	<u>699</u>

11.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem			
Transmissão	Grupo		Valor
1 TELEFONE SEM FIO DE LONGO ALCANCE MODELO	Máquinas e Equipamentos		19
2 TELEFONE	Máquinas e Equipamentos		19
3 GPS GARMIN	Máquinas e Equipamentos		4
4 HILUX CD DSL 4X4 POWER PACK	Veículos		131
5 BINOCULO - 10 X 30 X 50	Móveis e Utensílios		10
6 MOTOSSERRA A GASOLINA	Móveis e Utensílios		2
7 APERTADEIRA IMPACTO 220V 1/2" 340NM	Móveis e Utensílios		3
8 BINOCULO - 10 X 30 X 50	Móveis e Utensílios		14
9 CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL	Móveis e Utensílios		4
Administração	Grupo		Valor
1 TABLET	Máquinas e Equipamentos		3
2 NOTEBOOK DELL LATITUDE SERIE 3000	Máquinas e Equipamentos		12
3 NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000	Máquinas e Equipamentos		7

11.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2020.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Intangível

12.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	2.978	-	4	2.982	4	(1)	2.981	2.978
Servidões	2.978	-	-	2.978	-	-	2.978	2.978
Softwares	-	-	4	4	4	(1)	3	-
Administração	86	-	-	86	-	-(44)	42	59
Servidões	86	-	-	86	-	(44)	42	59
	3.064		4	3.068	4	-45	3.023	3.037
Ativo intangível em curso								
Transmissão	1.017	4	-4	1.017	-	-	1.017	1.017
Depósitos judiciais	1.007			1.007	-	-	1.007	1.007
Softwares	10	4	-4	10	-	-	10	10
Administração	-	1	-	1	1	-	1	-
Softwares	-	1	-	1	1	-	1	-
	1.017	5	-4	1.018	1	-	1.018	1.017
Ativo Intangível	4.081	5	-	4.086	5	(45)	4.041	4.054

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada (i)	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	2.982	(1)	2.981	2.978
Administração	10,00%	86	(44)	42	59
		3.068	(45)	3.023	3.037

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Software	1
	<u>1</u>

12.4. Principais adições do ativo intangível em serviço 2020

Intangível - Administração - Descrição do bem	Grupo	Valor
1 ASSESSORIA E CONSULTORIA COSWIN	Software	4

12.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2020

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2020.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para encerramento de obra	2.171	2.073
Fornecedores relacionados à construção	475	2.427
Gastos ambientais e fundiários	53	-
Prestadores de serviços	36	175
Outros	8	118
	<u>2.743</u>	<u>4.793</u>

14. Impostos e contribuições sociais a pagar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ	-	4.459
CSLL	2.284	1.542
	<u>2.284</u>	<u>6.001</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS	105	96
COFINS	485	462
INSS empregado	91	127
ISS terceiros	1	0
IRRF	1.306	2.299
Outros	36	47
	<u>2.024</u>	<u>3.031</u>

15. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
BNDES	out/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	128.443	139.104
Mútuo SGBH	dez/17	dez/18	N/A	108% CDI	<u>128.443</u>	<u>139.104</u>
Circulante					10.958	10.820
Não circulante					<u>117.485</u>	<u>128.284</u>
					<u>128.443</u>	<u>139.104</u>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDDES	139.104	8.957	(9.018)	-	(10.600)	128.443
Total	139.104	8.957	(9.018)	-	(10.600)	128.443

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2019
BNDDES	147.478	11.457	(10.118)	-	(9.713)	139.104
State Grid Brasil Holding	115.546	184	(5.730)	-	(110.000)	-
Total	263.024	11.641	(15.848)	-	(119.713)	139.104

Mútuo SGBH

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi integralmente pago em janeiro de 2019.

BNDDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDDES no montante de R\$ 180.983 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R\$ 147.304 (cento e quarenta e sete milhões trezentos e três mil e seiscentos e quarenta reais) já foram repassados pelo BNDDES em 26 de dezembro de 2018.

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

a) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2020. Abaixo está o cálculo do índice para 2020:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	50
(+) EBITDA	59
(-) Pagamento de IR + CS	(9)
B) Serviço da Dívida	20
(+) Amortização de dívida	11
(+) Pagamento de juros	9
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,5

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	145
Ativo Total (B)	291
Índice de Capitalização (A/B)	50%

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2022	10.600
2023	10.600
2024	10.600
2025	10.600
2026 -2033	75.085
	<u><u>117.485</u></u>

16. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	22	22
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	771	484
	<u><u>793</u></u>	<u><u>506</u></u>

(i) **P&D**

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(ii) **TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 268.364.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhista	167	-
	<u>167</u>	<u>-</u>

A movimentação das provisões prováveis está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adições e reversões, líquidas	167	167

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fiscal (i)	1.553	-
Servidão (i)	650	-
	<u>2.203</u>	<u>-</u>

(i) Processos novos da Companhia iniciados em 2020.

19. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001 dividido em 84.001 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2020 e 2019</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<u>100%</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

c) Reserva especial de lucros a realizar

A Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT, incluído na área incentivada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Assim, goza de benefício para a redução do imposto de renda concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 13.645.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício - societário	58.437	48.637
Reserva legal (5%)	(2.922)	(2.432)
Base de cálculo para os dividendos	<u>55.515</u>	<u>46.205</u>
Dividendo mínimo obrigatório	555	462
Provisão de Juros sobre capital próprio	<u>(8.620)</u>	<u>(15.330)</u>

Em 17 de dezembro de 2019 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.330 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.300 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$13.031. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. O montante de R\$ 4.500 foi pago em 29 de julho de 2020 e R\$ 8.531 foi pago em 23 de novembro de 2020.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em 28 de dezembro de 2020 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 8.621 referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.293 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.327 que serão pagos durante o ano de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	74.637	73.359
Receita de rateio de antecipação	(1.205)	85
Receita de encargos de transmissão	61.725	59.802
Recuperação de PIS e COFINS	6.460	6.431
Receita Rede de Fronteira	4.401	4.348
Receita de CCT	2.648	643
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.470)	(1.083)
Indisponibilidade de equipamentos	(110)	(61)
Descontos Incidentes na TUST	2.188	3.194
Deduções da receita operacional	(7.839)	(7.720)
PIS	(1.232)	(1.210)
COFINS	(5.675)	(5.575)
P&D	(668)	(678)
TFSEE	(264)	(257)
	66.798	65.639

21. Custo da Operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(3.160)	(5.078)
Material	(202)	(186)
Serviços de terceiros	(504)	(56)
Depreciação e amortização	(7.500)	(7.328)
Gastos diversos	(380)	(487)
Outros	(188)	(148)
	(11.934)	(13.283)

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(2.097)	(1.698)
Administradores	(226)	-
Material	(58)	(4)
Serviços de terceiros	(647)	(416)

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Arrendamentos e aluguéis	(91)	(94)
Doações	(19)	(271)
Provisão/reversão	(96)	(87)
Tributos	(4)	(5)
Depreciação e amortização	(42)	(39)
Outras	(240)	(369)
	<u>(3.520)</u>	<u>(2.983)</u>

23. Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração	(2.086)	(3.355)
Encargos	(688)	(1.257)
Outros Benefícios - Corrente	(379)	(456)
Outros	(7)	(10)
	<u>(3.160)</u>	<u>(5.078)</u>

Pessoal - administração	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração	(1.147)	(1.105)
Encargos	(463)	(434)
Benefícios	(257)	(139)
Outros	(230)	(20)
	<u>(2.097)</u>	<u>(1.698)</u>
	<u>(5.257)</u>	<u>(6.776)</u>

24. Outras receitas (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva SUDAM (i)	13.645	-
Pessoal	(156)	-
Gastos diversos de serviços de O&M	-	(87)
	<u>13.489</u>	<u>(87)</u>

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

25. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira	282	2.127
Receitas de aplicações financeiras	292	2.151
Outras receitas financeiras	4	80
Tributos sobre receitas financeiras	(14)	(104)
Despesa financeira	(9.548)	(11.976)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.957)	(11.387)
Juros e multas	(569)	(355)
Outras despesas financeiras	(22)	(234)
	(9.266)	(9.849)

26. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	77.510	65.413
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.184	1.396
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	(880)
Ajustes ICPC 01	(17.966)	8.422
Doações e Subv. para Investimento	(13.645)	-
Juros s/ Capital Próprio	(8.620)	(15.330)
Lucro Real	38.463	59.021
Lucro Real (Após Compensação)	38.463	59.021
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(9.592)	(14.731)
Inc. Fiscais	1.142	-
IRPJ devido (25%)	(8.450)	(14.731)
CSLL (9%)	(3.461)	(5.312)
IR e CS correntes	(11.911)	(20.043)
IR e CS diferidos	-	10.098
	(11.911)	(9.045)
Alíquota efetiva	19%	31%

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

27. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

27.1. Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	1.711	14
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	810	-
Outros	901	14

27.2. Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	757	246
Aluguel (ii)	-	6
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	757	-
Outros	-	240

27.3. Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	281	(76)
Despesa de aluguel (ii)	(81)	(76)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	362	-

(i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

27.4. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2020	31/12/2019
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	350	337
Benefícios diretos e indiretos	61	105
Encargos	188	158
Provisões (13 salário, férias e bônus)	348	315
Valor total da remuneração	947	915

Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

28. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.375	6.615
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	10	7.662	7.399
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos - terceiros	16	128.443	139.104
Fornecedores - partes relacionadas	27	757	246
Fornecedores - terceiros	14	2.743	4.793

28.2. Gestão de risco

acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	247.876
Seguro patrimonial	Risco operacional	94.121	10.000
Veículos	Carros	125	-
		<u>114.246</u>	<u>257.876</u>

31. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 241.754. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total	
CNTE-ENG-2016-0007	CET	Contrato EPC para CNTE	21/12/2016	242	
				242	
Cronograma de vencimento					Em R\$
2021					<u>242</u>
					<u>242</u>